



**ATA DO CONSELHO FISCAL DO APARECIDAPREV  
SOBRE INFORMAÇÕES DA COMPETÊNCIA OUTUBRO DE 2025**

Os membros do Conselho Fiscal do Aparecidaprev, nomeados pelo Decreto "Nº 649 de 14 de agosto de 2024, se reuniram nesta data, 26 de novembro de 2025 às oito horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Previdência, para receber e acompanhar as informações sobre a gestão do Instituto. A presente reunião tem como pauta os seguintes assuntos: **apresentação, análise, apreciação para aprovação dos resultados da carteira de aplicações financeiras e atos administrativos do mês de outubro de 2025; outros assuntos correlatos.** Antes de iniciar a reunião foram entregues ao Conselho Fiscal os seguintes relatórios: Relatório de investimentos, financeiro e administrativo referente ao resultado do mês de outubro/2025; relatório demonstrativo de evolução da receita e relatório comparativo da despesa autorizada com a realizada por sub-natureza, todos da competência outubro de 2025. O presidente do conselho municipal de previdência, após confirmação de quórum declarou aberta a reunião. Em ato contínuo o presidente do CMP passou a palavra à presidente do Instituto para suas considerações iniciais. Em ato contínuo o presidente do CMP passou a palavra ao diretor financeiro que iniciou sua fala comentando suas percepções sobre o cenário econômico nacional e internacional e os reflexos nos investimentos do Instituto. Na sequência o diretor passou a apresentação das informações financeiras, administrativas e econômicas. Foi demonstrado um patrimônio de R\$ 1.014.195.830,57 com um crescimento da carteira de 17,79%. Quanto a meta atuarial foi demonstrado um resultado de 1,16% acumulando 11,20% no ano. A meta para o mês era 0,52% com meta acumulada de 8,28%. O resultado tanto do mês quanto no acumulado superou a meta. A rentabilidade no mês foi de R\$ 11.410.638,87 acumulando um retorno financeiro no ano de R\$ 98.309.777,86. Foi demonstrada em quais instituições a carteira de investimentos está alocada, sendo o Banco do Brasil a instituição bancária com o maior volume de recursos investidos (31,29%), seguido pela Caixa Econômica Federal (17,71%). O outro seguimento com maior volume de investimentos são os títulos públicos com 35,58%. Do valor total de patrimônio investido, R\$ 26.934.998,67 são recursos da taxa administrativa. Foi demonstrado ainda no relatório, informações quanto ao enquadramento da carteira de investimentos nos termos da Resolução 4.963/2021, contendo todos os investimentos e seus respectivos enquadramentos dentro dos limites autorizados pela resolução e pela política de investimentos do Instituto. O relatório apresenta ainda informações, detalhamento da receita de

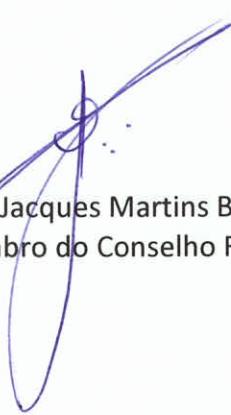


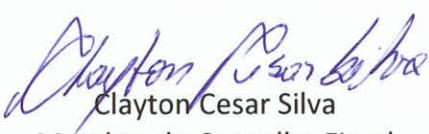
contribuições previdenciárias funcional, patronal e outras receitas referentes a 5.581 servidores contribuintes, resultando num montante de R\$ 93.753.991,49. Foram detalhadas as despesas custeadas com a taxa administrativa. Demonstrou-se ainda as despesas previdenciárias, que representou no período um montante de R\$ 4.904.945,43 referentes a aposentadorias (1285 beneficiários), pensão por morte (318 beneficiários) e salário família (2 beneficiários). Em ato contínuo, o presidente do CMP colocou pra votação as informações apresentadas. Em seguida, passou-se a discutir assuntos correlatos, especificamente relacionados ao investimento no Banco Master. Tanto o conselho fiscal quanto o CMP questionou a presidente do Instituto sobre o andamento das denúncias feitas. A presidente informou que protocolou a denúncia junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público e Secretaria de Previdência. Adicionalmente a presidente informou que somente o Tribunal de Contas deu andamento na denúncia. O diretor financeiro Khayo informou que a secretaria da previdência já fez diligência no ano passado e esteve no Instituto esse ano novamente para averiguação de denúncia anterior realizada pela empresa de consultoria. O diretor acredita que a denúncia apresentada pela presidente será analisada em conjunto com a anterior. Discutiu-se ainda a urgência na contratação da assessoria de investimentos, que foi informado que o contrato já está com a administração do Instituto para assinatura. A presidente do Instituto mencionou ao CMP a necessidade de se contratar uma assessoria jurídica especializada em direito previdenciário para buscar meios judiciais para tentar reaver o investimento do Banco Master ou interceder de forma a priorizar o crédito que o Instituto tem direito de tentar reaver. O presidente do CMP também colocou para discussão do Conselho uma proposta de convocação do Diretor de Benefícios para uma prestação de contas sobre os atendimentos relacionados a aposentadorias, detalhando valores concedidos, quantidades, etc.. Fica aprovado pelo colegiado do CMP a convocação do diretor de Benefícios. Em ato contínuo fica consignado que após a assinatura do contrato com a consultoria de investimentos, a administração do Instituto tentará marcar com a empresa reuniões para elaboração de proposta da política de investimentos para 2026, para colocar na pauta para discussão na reunião ordinária do dia 17/12/25. Em relação ao tema de contratação da assessoria jurídica a presidente do Instituto informou que já existe uma solicitação para contratação de empresa de assessoria jurídica visando prestar auxílio em direito previdenciário, aguardando autorização. As pautas serão decididas no correr dos próximos dias, podendo haver reunião extraordinária para o mês de dezembro diante da diversidade de assuntos a serem resolvidos ainda neste exercício. Diante dos relatórios e demais informações tratadas na reunião, este Conselho fará relatório analítico das informações recebidas, de forma a contribuir com as prestações de contas do Instituto, junto aos



órgãos fiscalizadores. Sendo o que tínhamos a registrar no momento, a Presidente encerra a presente ata, que segue assinada pelos membros presentes.

  
Alzeni Cardoso de Cirqueira  
Pres. Do Conselho Fiscal

  
Jean Jacques Martins Bastos  
Membro do Conselho Fiscal

  
Clayton Cesar Silva  
Membro do Conselho Fiscal